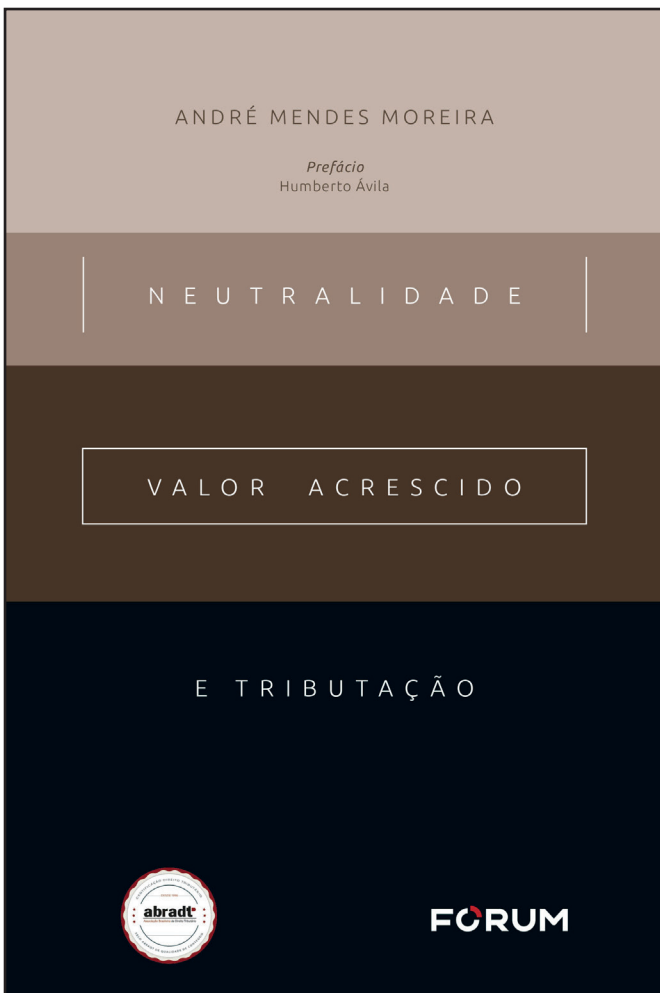


ANDRÉ MENDES MOREIRA



## NEUTRALIDADE, VALOR ACRESCIDO E TRIBUTAÇÃO

**área específica da obra**

Direito Tributário.

**áreas afins do livro**

Direito Constitucional.

**público-alvo/consumidores da obra**

Estudantes de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Partindo de um estudo do direito tributário europeu, a obra analisa a função do princípio da neutralidade tributária nos tributos sobre valor agregado, tanto em seu continente de origem como no Brasil. As duas correntes sobre o direito ao crédito no IVA – ampliativa e restritiva – são comparadas com as suas equivalentes no país. Com isso, demonstra-se que a teoria do crédito financeiro brasileira possui identidade com a teoria restritiva europeia. Por sua vez, a teoria do crédito físico jamais foi cogitada no âmbito do IVA, ao passo que a teoria ampliativa do crédito, predominante hoje na Europa, não encontra par no direito brasileiro, que, todavia, se orienta pelo mesmo princípio, o da neutralidade tributária, cuja eficácia máxima deve ser observada sob pena de desnaturação da tributação sobre o valor agregado.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10001668

M838n Moreira, André Mendes

Neutralidade, valor acrescido e tributação/ André Mendes Moreira.– Belo Horizonte : Fórum, 2019.

232p.; 14,5cm x 21,5cm  
ISBN: 978-85-450-0716-6

1. Direito Tributário. 2. Direito Constitucional. I. Título.

CDD 341.39  
CDU 351.72

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MOREIRA, André Mendes. *Neutralidade, valor acrescido e tributação*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 232p. ISBN 978-85-450-0716-6.

### **André Mendes Moreira**

Professor Adjunto de Direito Tributário dos Cursos de graduação, mestrado e doutorado da Faculdade de Direito da UFMG. Doutor em Direito Tributário pela USP, onde fez Residência Pós-Doutoral. Mestre em Direito Tributário pela UFMG. Diretor da Associação Brasileira de Direito Tributário. Advogado e Consultor Tributário.

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	13
NOTA DO AUTOR .....	17
1 INTROITO .....	19
1.1 O IVA e a neutralidade .....	19
1.2 Neutralidades vertical e horizontal .....	27
1.3 Plano da obra.....	31
2 VALOR NEUTRALIDADE: DA ECONOMIA PARA O DIREITO .....	35
2.1 Os sentidos econômicos do vocábulo neutralidade .....	35
2.2 Neutralidade no direito .....	42
2.2.1 Conceito .....	42
2.2.2 A neutralidade e o IVA .....	45
3 NEUTRALIDADE TRIBUTÁRIA E O IVA EUROPEU .....	49
3.1 Do Tratado de Roma à Diretiva IVA.....	49
3.2 Neutralidade vertical na Diretiva IVA.....	54
3.2.1 Os principais dispositivos relacionados ao direito de crédito .....	54
3.2.2 Os testes do consumo e econômico para crédito do IVA.....	56
3.3 Posicionamento da Corte de Justiça da União Europeia .....	59
3.3.1 Considerações preliminares.....	59
3.3.2 Da conexão restritiva à ampliativa.....	61
3.3.2.1 Anos 1980.....	61
3.3.2.2 Anos 1990.....	66
3.3.2.3 Primeira década dos anos 2000.....	71
3.3.2.4 De 2010 à atualidade .....	86
3.3.2.4.1 A continuidade do entendimento pretérito.....	86
3.3.2.4.2 Uma pedra no caminho .....	89
3.3.2.4.3 Retomada do bom direito.....	92
4 NEUTRALIDADE TRIBUTÁRIA NO BRASIL.....	101
4.1 Tributação do consumo e regras aplicáveis.....	101
4.1.1 Da proclamação da República à Constituição de 1946 .....	101
4.1.1.1 Imposto de Consumo.....	101
4.1.1.2 Imposto sobre Vendas e Consignações.....	110
4.1.1.2.1 Imposto Federal sobre Duplicatas de Faturas Comerciais .....	110
4.1.1.2.2 Imposto Estadual sobre Vendas e Consignações Rurais, Industriais e Mercantis.....	112
4.1.1.3 Imposto de Indústrias e Profissões .....	116
4.1.2 Da Emenda Constitucional nº 18/65 aos dias atuais.....	119
4.1.2.1 Visão panorâmica .....	119
4.1.2.1.1 Ambiente reformista .....	119
4.1.2.1.2 Primeira obra: a EC nº 18/65 em sua redação original .....	121
4.1.2.1.3 Ajustes empreendidos pela Constituição de 1967 e pela EC nº 01/69.....	124
4.1.2.1.4 Constituição de 1988 .....	125
4.1.2.2 Tributos sobre o consumo pós-EC nº 18/65 .....	126
4.1.2.2.1 IPI.....	126
4.1.2.2.1.1 Constitucionalização da não cumulatividade .....	126
4.1.2.2.1.2 Início .....	128
4.1.2.2.1.3 Inovação .....	129
4.1.2.2.1.3.1 RIPI/72 e o Parecer Normativo CST nº 181/74.....	129
4.1.2.2.1.3.2 Consumo imediato .....	135
4.1.2.2.1.3.3 Consumo integral (inutilização completa em etapa única).....	137
4.1.2.2.1.3.4 Exigência cumulativa de consumo imediato e integral .....	139
4.1.2.2.1.4 Insistência no equívoco.....	142
4.1.2.2.2 ICM.....	147

4.1.2.2.3	ICMS.....	150
4.1.2.2.3.1	Período do Convênio ICM nº 66/88.....	150
4.1.2.2.3.2	Lei Kandir.....	152
4.1.2.2.3.2.1	Crédito financeiro.....	152
4.1.2.2.3.2.2	Crédito financeiro mitigado.....	155
4.1.2.2.3.3	Quadro comparativo.....	157
4.1.2.2.4	Contribuição para o PIS e a Cofins.....	160
4.2	Direito ao crédito sobre insumos e o STF.....	162
4.2.1	Imposto de Consumo.....	164
4.2.1.1	Debates iniciais.....	164
4.2.1.2	Imposto de Consumo e os produtos intermediários.....	168
4.2.1.2.1	Conceito de bens intermediários.....	168
4.2.1.2.2	Outras questões relativas à neutralidade.....	171
4.2.2	Imposto sobre Produtos Industrializados.....	173
4.2.2.1	Gênese da pugna jurisprudencial.....	173
4.2.2.2	<i>Leading case</i> sobre consumo imediato e integral.....	175
4.2.2.3	Jurisprudência subsequente.....	180
4.2.3	ICM.....	182
4.2.3.1	Primeiras lides.....	182
4.2.3.2	Bens intermediários.....	183
4.2.3.2.1	Novidade de um tributo para além da etapa industrial.....	183
4.2.3.2.2	Precedentes.....	185
4.2.4	ICMS e os bens intermediários.....	191
4.2.5	PIS/Pasep e Cofins.....	196
4.2.5.1	Matéria constitucional e o STF.....	196
4.2.5.2	Entendimento do STJ.....	199
4.2.5.2.1	Correntes de pensamento.....	199
4.2.5.2.2	Curso da votação e o resultado.....	201
5	CONCLUSÕES.....	205
5.1	Neutralidade como princípio e sua graduação.....	205
5.2	IVA europeu e a neutralidade ampliativa.....	208
5.3	A não cumulatividade no Brasil e a neutralidade restritiva.....	211
5.3.1	Neutralidade seminal.....	211
5.3.1.1	Imposto de Consumo.....	211
5.3.1.2	IPI.....	213
5.3.1.3	ICM.....	218
5.3.2	Contemporaneidade e o futuro.....	220
	REFERÊNCIAS.....	225